

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Luzia 2 Energia Renovável S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luzia 2 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luzia 2 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

LUZIA 2 ENERGIA
RENOVÁVEL S.A.

Sumário

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	1
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
BALANÇO PATRIMONIAL	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	15
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA.....	16
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	17
6. RESULTADO FINANCEIRO	17
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	19
10. IMOBILIZADO	20
11. FORNECEDORES.....	21
12. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÃO DE MÚTUO	24
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	27
15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

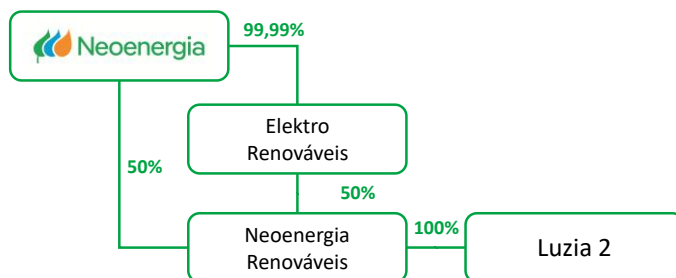
Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Luzia 2 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2026, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. LUZIA 2

A Companhia Luzia 2 Energia Renováveis S.A. ("Luzia 2") é uma sociedade por ações de capital fechado, cuja totalidade das ações pertence à Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%).

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária de Luzia 2 era a seguinte:



Inaugurado em março de 2023, o empreendimento compõe o primeiro complexo da Companhia dedicado à geração fotovoltaica centralizada de grande porte, com produção destinada ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). A infraestrutura de conexão das usinas é compartilhada com o Complexo Eólico Chafariz, o que proporciona sinergias operacionais e otimiza a integração com outros ativos do Grupo.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Luzia 2 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução Autorizativa N° 8.861, de 29 de maio de 2020, expedida pela Agência Nacional de energia elétrica - ANEEL. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Resolução Autorizativa.

Luzia 2 conta com 9 *power blocks* na sua implantação, totalizando uma capacidade instalada de 74,65 MWp. Em 2025, o Parque gerou 113.382 MWh.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Varição %
Receita Operacional Bruta	31.176	30.802	1,21
Receita Operacional Líquida	29.784	29.413	1,26
Margem Operacional Líquida	1.838	11.347	(83,80)
EBITDA	9.458	18.405	(48,61)
Resultado Financeiro	(1.671)	(1.943)	(14,00)
Lucro Líquido	(2.440)	6.844	N/A
Margem Operacional (%)	6,17%	38,58%	(32,41)
Margem EBITDA (%)	31,76%	62,57%	(30,82)
Margem Líquida (%)	(8,19%)	23,27%	(31,46)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/25	dez/24	Varição %
Ativo Total	274.621	289.501	(5,14)
Patrimônio Líquido	236.174	238.613	(1,02)

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução.

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Varição (R\$)	Varição (%)
Lucro líquido (A)	(2.440)	6.844	(9.284)	(135,65)
Receitas financeiras (B)	1.745	1.863	(118)	(6,33)
Despesas Financeiras (C)	(3.413)	(3.802)	389	(10,23)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(3)	(4)	1	(25,00)
Imposto de renda (E)	(1.530)	(1.556)	26	(1,67)
Depreciação (F)	(8.697)	(8.063)	(634)	7,86
EBITDA = (A)-(B+C+D+E+F)	9.458	18.405	(8.947)	(48,61)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 16.657,45 referentes à auditoria das demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Luzia 2 Energia Renovável S.A. ("Luzia 2"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Luzia 2 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Luzia 2.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Luzia 2 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

LUZIA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	29.784	29.413
Custos		(27.946)	(18.066)
Custos com energia elétrica	4	(17.990)	(8.633)
Custos de operação	5	(9.956)	(9.433)
Lucro bruto		1.838	11.347
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.077)	(1.004)
Lucro operacional		761	10.343
Resultado financeiro	6	(1.671)	(1.943)
Receitas financeiras		1.745	1.863
Despesas financeiras		(3.413)	(3.802)
Outros resultados financeiros, líquidos		(3)	(4)
Lucro antes dos tributos		(910)	8.400
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(1.530)	(1.556)
Corrente		(1.530)	(1.556)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(2.440)	6.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZIA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	(2.440)	6.844
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
	(2.440)	6.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZIA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.440)	6.844
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	8.697	8.063
Tributos sobre o lucro	1.530	1.556
Resultado financeiro, líquido	1.671	1.943
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(114)	402
Fornecedores e contas pagar	512	531
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(5)	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(605)	(334)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(659)	(656)
Outros ativos e passivos, líquidos	(4.674)	(1.295)
Caixa gerado nas operações	3.913	17.054
Encargos de mútuos pagos	(2.238)	(955)
Rendimento de aplicação financeira	1.563	1.783
Pagamento de juros – Arrendamentos	(199)	(190)
Tributos sobre o lucro pagos	(913)	(1.222)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.126	16.470
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(3.273)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(1.218)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	814	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(404)	(3.273)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Remuneração paga aos acionistas	-	(1.213)
Operações de mútuo	(7.153)	(7.141)
Caixa (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	(7.153)	(8.354)
(Aumento) Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(5.431)	4.843
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.107	14.264
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.676	19.107
Transações que não envolveram caixa:		
Provisão para desmantelamento	1.875	140
Provisão ambiental	27	106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUZIA 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.676	19.107
Contas a receber de clientes e outros	9	5.280	5.166
Títulos e Valores Mobiliários		414	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		13	-
Outros ativos circulantes		127	117
Total do circulante		19.510	24.390
Não circulante			
Outros tributos a recuperar		15	-
Depósitos judiciais	12.1	1.588	1.057
Direito de uso		1.051	1.031
Imobilizado	10	252.144	262.700
Intangível		313	323
Total do não circulante		255.111	265.111
Total do ativo		274.621	289.501
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	3.370	2.858
Passivo de arrendamento		200	191
Tributos sobre o lucro a recolher		285	260
Outros tributos a recolher		141	139
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.625	1.625
Provisões e outras obrigações	12	355	358
Contas a pagar de operação de mútuo	13	20.819	27.066
Operações com controladora	15.1	9.464	14.107
Outros passivos circulantes		236	207
Total do circulante		36.495	46.811
Não circulante			
Passivo de arrendamento		946	903
Provisões e outras obrigações	12	986	3.152
Outros passivos não circulantes		20	21
Total do não circulante		1.952	4.076
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	14	236.174	238.614
Total do patrimônio líquido		236.174	238.614
Total do passivo e do patrimônio líquido		274.621	289.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Luzia 2 Energia Renovável S.A. (“Luzia 2” ou “Companhia”), com sede na Praia do Flamengo, 78, Sala 101 Parte, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de junho de 2019, controlada integralmente pela Neoenergia Renováveis S.A.

A Luzia 2 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução Autorizativa N° 8.861, de 26 de maio de 2020, expedida pela ANEEL. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Resolução.

Luzia 2 conta com 9 *power blocks* na sua implantação, totalizando uma capacidade instalada de 58,93 MW, conforme Despacho 1.178, de 6 de maio de 2022, expedido pela ANEEL.

O Parque Solar comercializa sua energia no âmbito do mercado livre de energia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido (“CCL”) negativo de R\$ 16.985 e R\$ 22.421, respectivamente. A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

1.1 Gestão de Riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

Risco associados à geração de energia

A energia comercializada pela Companhia depende das condições e variações do recurso solar, impactado por condições climáticas. Além da variabilidade do recurso, a Companhia pode estar exposta a riscos associados à redução da geração decorrente de eventos por *curtailment* (restrições de geração por fatores externos) e indisponibilidade operacional, que podem comprometer as projeções de geração do negócio.

1.1.3 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	354.930
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	44
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	354.930

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 06 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
9.1	Perda de Créditos Esperada (PCE)
10.1	Imobilizado
12.2	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento de energia	30.767	30.378
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	409	424
Receita operacional bruta	31.176	30.802
(-) Pis e Cofins	(1.138)	(1.125)
(-) Encargos setoriais ⁽¹⁾	(254)	(264)
Receita operacional, líquida	29.784	29.413

(1) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE).

3.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidos no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2025	2024
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(11.524)	(6.597)
Energia curto prazo – PLD e MRE ⁽¹⁾	(6.445)	(2.017)
Outros	(20)	(19)
Subtotal	(17.989)	(8.633)
Créditos de PIS e COFINS	(1)	-
Total	(1)	-
Total dos custos com energia elétrica	(17.990)	(8.633)

(1) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		Total
	Custos de operação	Outras receitas e (despesas) gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados	(264)	(315)	(579)
Serviços de terceiros	(718)	(715)	(1.433)
Depreciação e amortização	(8.697)	-	(8.697)
Provisão pra processos judiciais	-	(6)	(6)
Impostos, taxas e contribuições	(5)	-	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(272)	(41)	(313)
	(9.956)	(1.077)	(11.033)

(1) Inclui materiais, aluguéis, tributos e demais custos diversos.

	2024		Total
	Custos de operação	Outras receitas e (despesas) gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados	(167)	(401)	(568)
Serviços de terceiros	(906)	(593)	(1.499)
Depreciação e amortização	(8.063)	-	(8.063)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(297)	(10)	(307)
	(9.433)	(1.004)	(10.437)

(1) Inclui materiais, aluguéis, tributos e demais custos diversos.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.563	1.783
Outras receitas financeiras	182	80
	1.745	1.863
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras ⁽¹⁾	(3.413)	(3.802)
	(3.413)	(3.802)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	(3)	(4)
	(3)	(4)
Resultado financeiro líquido	(1.671)	(1.943)

(1) Os saldos de outras despesas financeiras referem-se, principalmente, a encargos sobre mútuos, totalizando R\$ 3.144 em 31 de dezembro de 2025 (Enerbrasil) e R\$ 3.240 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$ 2.989 referentes ao mútuo com a Enerbrasil e R\$ 251 ao mútuo com a Neoenergia Renováveis.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1. Tributos sobre o lucro

A Companhia possui como regime de apuração o Lucro Presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(910)	8.400
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	310	(2.856)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	(1.840)	1.300
Tributos sobre o lucro	(1.530)	(1.556)
Alíquota efetiva	(168,06)%	18,52%
Corrente	(1.530)	(1.556)

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, de modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	-	8
Fundos de Investimento	13.676	19.099
Total	13.676	19.107

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	12.691	19.099
CDB	985	-
Total	13.676	19.099

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Fornecimento de Energia	4.878	4.995
Comercialização de energia na CCEE	402	171
Total	5.280	5.166

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

9.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Estimativas e julgamento críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio.

O negócio de geração de energia não apresenta histórico de inadimplência relevante. Devido às garantias exigidas em leilões e contratos bilaterais, a exposição ao risco de crédito é residual. A CCEE também controla inadimplências do setor, reduzindo ainda mais o risco. Assim, o nível de para perdas esperadas crédito é considerado irrelevante.

10. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Parques Solares	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	3,08%	3,08%	14,29%		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	250.242	11.831	169	458	262.700
Adições	-	-	-	(27)	(27)
Baixas ⁽¹⁾	(2.325)	-	-	-	(2.325)
Depreciação	(7.751)	(424)	(29)	-	(8.204)
Transferências entre classes	381	-	-	(381)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	240.547	11.407	140	50	252.144
Custo	263.671	13.767	200	50	277.688
Depreciação acumulada	(24.149)	(1.335)	(60)	-	(25.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	236.083	30.926	198	-	267.207
Adições ⁽¹⁾	140	-	-	3.425	3.565
Depreciação	(7.115)	(911)	(29)	-	(8.055)
Transferências entre classes	21.134	(18.167)	-	(2.967)	-
Transferências - outros ativos	-	(17)	-	-	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	250.242	11.831	169	458	262.700
Custo	266.640	12.742	200	458	280.040
Depreciação acumulada	(16.398)	(911)	(31)	-	(17.340)

(1) O valor de R\$ 2.325 (R\$ 140 em 31 de dezembro de 2024) é referente a provisão de desmantelamento conforme nota 12.2.

10.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

II. FORNECEDORES

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	2025	2024
Energia elétrica	1.619	1.084
Materiais e serviços	1.751	1.774
Total	3.370	2.858

PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisões para processos judiciais (nota 12.1)	11	12
Provisão para obrigações ambientais	375	666
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 12.2)	955	2.832
Total	1.341	3.510
Passivo circulante	355	358
Passivo não circulante	986	3.152

12.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	<u>Provisões cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12	12
Adições e reversões, líquido	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11	11
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	10
Atualização monetárias	2	2
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12	12

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes, que correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Processos cíveis	74	-
Processos fiscais	1.220	1.107
	1.298	1.107

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Processos fiscais

- Processos fiscais: A Companhia possui processos judiciais referentes a ações tributárias de autos de infração fiscal referente à ICMS e taxas de licenciamento. A Companhia possui um total estimado de R\$ 1.220 (R\$ 1.107 em 31 de dezembro de 2024) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2025	2024
Processos cíveis	10	9
Processos fiscais	1.578	1.048
Total	1.588	1.057

12.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

(ii) Provisão para desmantelamento e ambiental

As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao ativo imobilizado e as condicionantes ambientais subsequentes derivadas da renovação das licenças são reconhecidas em contrapartida ao ativo intangível, como concessões. O efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico e solar, e o término das licenças ambientais da usina hidroelétrica. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Estimativas e julgamentos críticos

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

(ii) Provisão para desmantelamento

É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques solares, conforme estudo do mercado de energia solar, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas.

No exercício de 2025, a Companhia revisou as premissas utilizadas na formação dos gastos estimados para o desmantelamento dos parques, alinhando as projeções de mão de obra, materiais e serviços às especificidades de cada região do Brasil. Adicionalmente, a Companhia estendeu o prazo estimado para execução desses gastos em aproximadamente 1 (um) ano e 6 (seis) meses.

O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques solares.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa de desconto utilizada foi 12,98% e 11,86%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,40% em 31 de dezembro de 2025 (3,50% em 31 de dezembro 2024).

12. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÃO DE MÚTUO

A composição do saldo refere-se, basicamente, pelos contratos de mútuo entre partes relacionadas que a Empresa firmou com a Enerbrasil S.A.

Os contratos de mútuo são remunerados pela taxa de juros de 100% do CDI + 1,39%. O contrato com a mutuante Enerbrasil possui vencimento em junho de 2026.

As movimentações das operações de mútuo estão apresentadas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2024	27.066
Atualização monetária	3.144
Amortização de principal	(7.153)
Amortização de juros	(2.238)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.819
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.786
Atualização monetária	3.240
Amortização de principal	(6.973)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Amortização de juros	(987)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	27.066

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 229.501 representando ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia Renováveis S/A.

13.2 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	(2.440)	6.844
Reserva legal	-	(343)
Lucro líquido ajustado	(2.440)	6.501
Reserva para investimento	2.440	(4.876)
Lucro líquido a distribuir	-	1.625
Remuneração		
Mínima obrigatória	-	1.625
	-	1.625
Natureza da remuneração		
Dividendos	-	1.625
	-	1.625

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025			
AGOE de 30 de abril de 2025	Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	1.625	0,00708058
		1.625	
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	1.213	0,00528538
		1.213	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2025	2024
Saldos iniciais	1.625	1.213
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	-	1.625
Dividendos pagos no exercício	-	(1.213)
Saldos finais	1.625	1.625

13.3 Reservas de lucros

13.3.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

13.3.2 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos.

13.4 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionista e suas empresas ligadas.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura; (iv) mútuo financeiro e (v) Dividendos a pagar.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a)	4.878	-	4.878	4.995	-	4.995
	4.878	-	4.878	4.995	-	4.995
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	1.681	-	1.681	1.556	-	1.556
Contas a pagar de operação de mútuo (b)	20.574	-	20.574	26.821	-	26.821
Dividendos (d)	-	1.625	1.625	-	1.625	1.625
Outros passivos (c)	37	9.464	9.501	40	14.107	14.147
	22.292	11.089	33.381	28.417	15.732	44.149

14.2 Transações com partes relacionadas

	2025		2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionistas	Total
Resultado do período exercício					
Receita operacional (a)	30.767	30.767	30.378	-	30.378
Custos dos serviços	(11.328)	(11.328)	(6.772)	-	(6.772)
Despesas gerais e administrativas	(315)	(315)	(401)	-	(401)
Resultado financeiro líquido (b)	(3.143)	(3.143)	(2.989)	(251)	(3.240)
	15.981	15.981	20.216	(251)	19.965

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.3 Principais Transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 15.1 e 15.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Compra e venda de energia elétrica	IPCA	15 anos	2041	3.466	19.708
b)	Enerbrasil	Mútuo financeiro	CDI + 1,39%	3 anos	2026	(20.574)	(3.143)
c)	Neoenergia Renováveis	Compartilhamento de custos de construção e operação	-	1 ano	2026	(9.464)	-
d)	Neoenergia Renováveis	Dividendos	-	-	2026	(1.625)	-

14.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.676	8	19.099
Títulos e valores mobiliários	-	414	-	-
Contas a receber de clientes e outros	5.280	-	5.166	-
	5.280	14.090	5.174	19.099
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	3.370	-	2.858	-
Passivo de arrendamento	1.146	-	1.094	-
Outros passivos financeiros	21	-	41.281	-
	4.537	-	45.233	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

15.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.6 (análise de sensibilidade).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025	2024
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	13.676	19.099
Títulos e valores mobiliários	414	-
	14.090	19.099

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

15.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

15.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

15.6 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	14.090	498	(71)	(144)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Mútuos em CDI	CDI	Alta do CDI	14,90%	(20.819)	(3.420)	(513)	(1.026)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Diretores

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Luzia 2 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.211.238/0001-88, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, relativamente às demonstrações financeiras da Luzia 2 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Luzia 2 relativas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro

Diretor Presidente

Marcelo José Cavalcanti Lopes

Rodolfo Fernandes da Rocha

Diretores